

AJUSTE

ACM liga aprovação de pacote a queda de juros

da mais otimismo. Para ele, as questões de campanha acabaram com o desfecho do segundo turno das eleições e os parlamentares vão pôr os interesses do País à frente dos pessoais. Garantiu que "o PMDB continua na base do governo" e defendeu o diálogo de Fernando Henrique com a oposição. "Tem de haver diálogo para fazer o ajuste necessário para o País", pregou, observando que negociar um "ajuste possível" é inútil. "Ou fazemos o ajuste necessário, ou não adianta", afirmou. "Nós empurramos (o ajuste)

com a barriga por muito tempo."

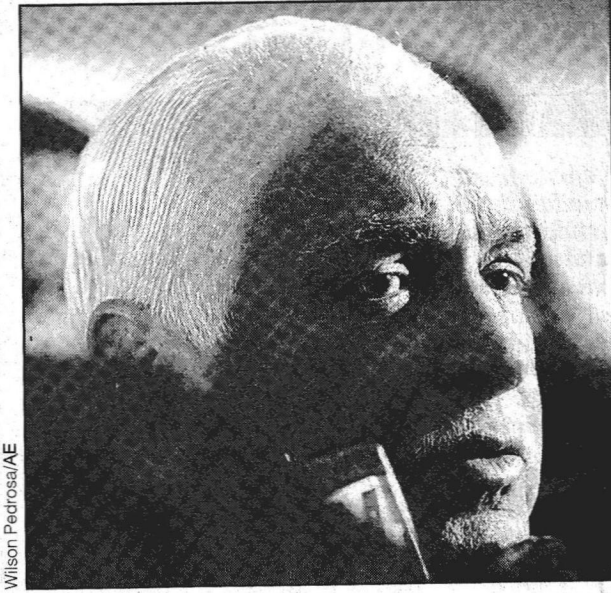
Oposição – O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que os partidos de oposição aceitam discutir o ajuste, desde que não haja cortes nos investimentos sociais nem aumento de impostos. "Cortes sociais e aumento de impostos não estão na nossa agenda para discutir a crise", observou, avisando que a oposição não pode aceitar o "prato feito" do governo. "A crise é real, mas nós não achamos que toda a sociedade tenha de pagar por ela."

O senador Eduardo Suplicy

(PT-SP) exibiu relatório do Banco Mundial para reafirmar a posição do partido divulgada por Genoíno. No relatório, o Brasil está entre os que se destacam na má distribuição de renda. Segundo o senador, os 10% mais ricos no País detêm 48% da renda nacional. "Queremos saber como as medidas de ajuste fiscal poderão acabar com o desemprego, conforme a propaganda política do presidente", disse Suplicy.

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) sugeriu como alternativa para o aumento da CPMF a votação em regime de urgência da reforma tributária. Pregou ainda a redução das taxas de juros em contrapartida ao aumento de impostos.

■ Colaborou Nelson Breve



O presidente do Senado, ao chegar ao Congresso. Para ele, as medidas do ajuste fiscal precisam ser votadas até o fim do ano: "Se não fizermos assim, não teremos procedido bem"

Wilson Pedrosa/AE

O POSIÇÃO
ACEITA DIÁLOGO,
MAS REJEITA
CORTES SOCIAIS

Até entre aliados, tensão é não abrir mão de intenso debate no Congresso, apesar da urgência ditada pela crise

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), associou a aprovação do ajuste fiscal à redução das taxas de juros. "O País precisa do ajuste", afirmou, na chegada ao Congresso, ontem pela manhã. "Os juros estão altos por falta de ajuste fiscal; havendo o ajuste, tende a baixar", disse. "E têm de baixar mesmo, porque são extorsivos."

ACM observou que o Congresso vai apoiar o ajuste, "não o presidente Fernando Henrique Cardoso". Segundo ele, as medidas precisam ser votadas até o fim do ano. "Se não fizermos assim, não teremos procedido bem", explicou.

O senador foi lacônico ao comentar a tramitação das medidas. "Como fazer vamos decidir diante da proposta do presidente", informou. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), vai reunir hoje os líderes dos partidos para discutir a agenda de votações. Na próxima semana, adiantou, pretende retomar o segundo turno da reforma da Previdência e iniciar a discussão do ajuste.

Trabalho duro – De qualquer forma, o governo terá um duro trabalho para obter a aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso. Mesmo entre os políticos aliados ao Planalto, a posição é que a urgência imposta pelos efeitos da crise financeira mundial no Brasil não dispensará o profundo debate das medidas propostas pelo governo.

A resistência dos governistas é principalmente à prorrogação e ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e ao aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,25% para 0,35%, como estuda a equipe econômica.

Para o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), a prorrogação, com eventual ampliação, do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) é um dos pontos nevrálgicos das medidas que o governo vai apresentar. Hoje, o fundo retém 20% das receitas de Estados e municípios, mas seria extinto em janeiro. Diante da necessidade de redução de gastos, a equipe econômica pretende manter o fundo até 2001 e elevar a retenção para 30% ou 40%.

"Os governadores eleitos já estão reagindo", adiantou Inocêncio. "Se aumentar a alíquota de 20% para 30% ou 40%, vai tirar muito

dinheiro dos Estados e municípios, que já estão em dificuldade financeira", explicou. "Será muito complicado aprovar."

O deputado também considerou "mais fácil" aprovar uma alíquota de 0,30% para a CPMF. Ele acredita ainda que seria mais viável se ela fosse mantida como tributo provisório e com algum ressarcimento. "Seria mais fácil de passar se continuasse provisória e funcionasse como uma antecipação do Imposto de Renda", observou. Ele também previu dificuldades para a introdução da contribuição previdenciária para os servidores inativos.

"A cobrança dos inativos já foi rejeitada duas vezes", lembrou, referindo-se à reação contrária da base governista à medida, que obrigou o governo a rever a emenda da reforma da Previdência. Para ele, a contribuição dos inativos só passaria se fosse criado um piso de cobrança. "Poderia isentar-se aqueles que recebem até R\$ 1,2 mil", propôs.

Mágoas — Concluídas as eleições, os políticos aliados ao presidente esforçaram-se ontem para encerrar a novela "mágoas de campanha" e garantir que o ajuste seja aprovado com a urgência necessária. "O ressentimento é natural, principalmente quando há causas ligadas ao governo", admitiu ACM. Segundo ele, é possível o governo reorganizar sua bancada no Congresso, mas "serão necessárias muitas conversas" para reparar as fissuras na base aliada.

Temer tentou suavizar o discurso dos peemedebistas, que reclamaram da atuação dos tucanos ao longo do segundo turno. "Não há ressentimentos que façam o PMDB jogar contra o Brasil", amenizou. "O que for útil para o Brasil será aprovado e apoiado pelo PMDB."

O tucano Machado mostrou ain-